



AGU envia informações ao STF sobre Adins

A Advocacia Geral da União enviou, ao Supremo Tribunal Federal, as informações de três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins), duas do Partido Social Liberal e uma da Confederação Nacional do Comércio, sobre sigilo bancário. As Adins questionam a constitucionalidade da quebra de sigilo bancário pela Receita Federal e Ministério Público, sem ordem judicial.

A AGU argumenta, com base no direito nacional e estrangeiro, que informações econômicas ou tributárias não têm nenhuma relação com a vida íntima das pessoas.

A AGU também alega que a medida não promove nenhuma restrição excessiva de qualquer direito dos contribuintes porque foi editada uma ampla legislação destinada a coibir o uso indevido das informações.

No documento, a AGU demonstra que o STF ainda não decidiu, pela maioria dos seus membros, se a Constituição de 1988 admite ou não o acesso das autoridades tributárias a informações relativas a operações financeiras.

Outro ponto da defesa refere-se à interpretação dos incisos X e XII, do artigo 5º da Constituição. O questionamento é se a proteção constitucional da intimidade e do sigilo das comunicações alcança o sigilo bancário.

O STF ainda não enviou à AGU o pedido de informações sobre outra Adin de autoria da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

[Clique aqui para ler, na íntegra, as informações enviadas pela AGU ao STF sobre a Adin impetrada pela CNC.](#)

[Clique aqui para ler, na íntegra, as informações enviadas pela AGU ao STF sobre a Adin impetrada pelo PSL.](#)

Date Created

05/02/2001